

**OS ARQUIVOS E A ARQUIVOLOGIA NAS PESQUISAS DOS PROGRAMAS
DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* BRASILEIROS (1972-2015)**
**ARCHIVES AND ARCHIVAL SCIENCE IN THE RESEARCH OF BRAZILIAN
STRICTO SENSU GRADUATE PROGRAMS (1972-2015)**

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES | Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB).
Professora do curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB.

RESUMO

Este artigo apresenta um mapeamento de 470 pesquisas sobre arquivos e arquivologia, produzidas em 58 instituições, 60 programas de pós-graduação *stricto sensu*, entre 1972 e 2015. Ao analisá-las tematicamente, traz reflexões acerca da situação, das possibilidades e das perspectivas da pesquisa em arquivologia no Brasil.

Palavras-chave: arquivo; arquivologia; produção científica.

ABSTRACT

This paper shows a mapping of 470 pieces of research on archive and archival science, carried out in 58 institutions, 60 *stricto sensu* graduate programs, between 1972 and 2015. By analyzing them thematically, we present reflections on the situation, possibilities and prospects of research in archival science in Brazil.

Keywords: archive; archival science; scientific production.

RESUMEN

En este artículo se presenta una mapeamiento de 470 investigaciones sobre archivos y archivística, producidas en 58 instituciones, 60 programas de estudios de postgrado *stricto sensu*, entre 1972 y 2015. Al analizar temáticamente, indica reflexiones acerca de la situación, las posibilidades y las perspectivas de investigación en arquivología en Brasil.

Palabras clave: archivo; archivística; producción científica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A contextualização da pós-graduação brasileira e da sua produção científica atual nos remete às primeiras décadas do século XX. Em 1920, é criada a primeira universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, como uma junção de escolas superiores isoladas e, nas palavras de Gouvêa (2012, p. 377), “uma pseudoestrutura universitária que, de maneira também formal, ‘cumpria’ a legislação educacional prescrita”. Dessa maneira, destoante de um processo organizado de constituição do sistema universitário, ainda não havia uma universidade baseada no ensino e na pesquisa, voltada para a cultura e a ciência nacionais, como afirma o mesmo autor.

Três décadas depois, no âmbito do modelo nacional desenvolvimentista, são criadas diversas faculdades que, posteriormente, originam universidades. Outras que já existiam também têm suas funções acadêmicas e tecnológicas ampliadas até o início dos anos de 1960, quando da concepção de um projeto de universidade moderna: a Universidade de Brasília (Gouvêa, 2012). Nesse contexto, é instituída uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, com o decreto n. 29.741, de 11 de abril de 1951, com o objetivo de “promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamentos e estudos post-graduados” (Brasil, 1951, art. 3º, alínea f). A instituição é consolidada, legalmente, com o decreto n. 50.737, de 7 de junho de 1961, que a vincula diretamente à Presidência da República (Brasil, 1961). Esse decreto é o marco legal para o estímulo à melhoria das condições de ensino e pesquisa nas universidades brasileiras, atreladas àquelas das instituições internacionais similares, reiterando “a relação entre o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior e as prioridades ditadas pelo desenvolvimento econômico e social do país” (Gouvêa, 2012, p. 383).

Os cursos de pós-graduação no Brasil são definidos com o parecer CESu-CFE n. 977, de 3 de dezembro de 1965 (Brasil, 1965). Inspirados na estrutura da universidade norte-americana – “o *college* como base comum de estudos e as diferentes escolas graduadas que geralmente requerem o título de bacharel como requisito de admissão” –, o nome e o sistema de pós-graduação são apropriados e concebidos no Brasil, em dois âmbitos. A pós-graduação *lato sensu* é compreendida como “todo e qualquer curso que se segue à graduação”. A pós-graduação *stricto sensu*, por sua vez, “define o sistema de cursos que se superpõe à graduação com objetivos mais amplos e aprofundados de formação científica ou cultural”, ou seja, “o ciclo de cursos regulares, em seguimento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico” (Brasil, 1965). No mesmo parecer, a pós-graduação *stricto sensu* é, então, disposta sob a forma de mestrado e doutorado, cursos considerados relativamente autônomos. O sistema nacional de pós-graduação *stricto sensu* expande-se, no Brasil, a partir dos anos de 1970, propiciando a titulação de mestres e doutores no país (Martins; Assad, 2008). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é reconhecida como fundação pública no início dos anos de 1990 (Brasil, 1992). Esse sistema é ampliado com a inclusão dos mestrados profissionais (Brasil, 1998) e aperfeiçoado mediante normas para o funcionamento dos cursos (Brasil, 2001).

De um contexto mais geral para o objeto de nosso estudo, qual é a situação das pesquisas sobre arquivos¹ e arquivologia no Brasil? Mais especificamente, qual é e onde está abrigada a produção científica sobre aspectos arquivísticos no país, considerando-se que a primeira dissertação com tema de interesse para a área data de 1972² e o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* propriamente arquivístico – Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) – iniciou suas atividades em 2012?

Instigados por essas questões – que retomam outra de ordem mais epistemológica, ou seja, qual é a identidade da arquivologia como disciplina científica no país? –, nos dedicamos à investigação da produção científica sobre arquivos e arquivologia, no Brasil, a partir de uma pesquisa iniciada em 2002 (Cunha, 2003). Este artigo dedica-se a identificar os temas das teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso – T, D e TCC – que contemplem os arquivos e a arquivologia como temas de pesquisa, produzidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros, entre 1972 e 2015. A classificação temática dessa pesquisa baseia-se na tipologia dos campos de pesquisa em arquivologia proposta por Couture, Martineau e Ducharme (1999) e na agenda de temas de pesquisa em arquivologia recomendada por Jardim (2012), ambas sob a perspectiva da classificação facetada (Guinchat; Menou, 1994). Esperamos, assim, apontar reflexões acerca das condições, possibilidades e perspectivas de pesquisa sobre os arquivos e a arquivologia no cenário nacional.

ESTUDOS ACERCA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ARQUIVOS E ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Diante da nossa questão inicial, deveríamos apresentar um quadro da pós-graduação em arquivologia no Brasil. Contudo, conforme já assinalamos, existe apenas um mestrado profissional no país, até o momento. Outros cursos de pós-graduação o precederam, mas na modalidade *lato sensu*. Diante de sua diversidade e irregularidade, seria inviável elencá-los. Entretanto, merece destaque o curso de pós-graduação *lato sensu* em Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP), que funcionou por 23 anos (1986-2009), capacitando profissionais de todo o Brasil e do exterior, inclusive graduados em outras áreas e que passariam a ser professores dos cursos de arquivologia brasileiros (Marques, 2007).

Quanto à produção científica sobre arquivos e arquivologia em programas de pós-graduação *stricto sensu* do Brasil, o primeiro estudo que identificamos a respeito é o de Rodrigues e Aparício (2002). Essas autoras fizeram o levantamento de teses e disserta-

1 Compreendemos os arquivos como: 1) fundos, objeto de estudo da arquivologia; 2) instituições e serviços voltados para a organização, preservação e custódia dos fundos; 3) instalações que abrigam os referidos serviços e fundos, assim como o mobiliário que os armazena (Camargo; Bellotto, 1996; Arquivo Nacional, 2005).

2 FREITAS, Adda Drugg de. *Processamento de informações de registros médico-hospitalares*. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, Rio de Janeiro, 1972.

ções com temáticas próximas da arquivologia, pelo seu objeto e pela sua abordagem. No catálogo de teses e dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e no acervo de teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB), elas identificaram 33 pesquisas, produzidas em programas de pós-graduação de biblioteconomia, ciência da informação, comunicação e história, de oito universidades brasileiras. Diante desse mapeamento, elas observaram a dispersão do objeto de estudo em arquivologia em várias áreas do conhecimento, questionaram o estatuto inter e multidisciplinar dessa disciplina, verificaram que o número de pesquisas na área ainda era pequeno e estava concentrado na Universidade de São Paulo (USP), no Ibict/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na UnB, e, ainda, que eram poucas as linhas de pesquisa de pós-graduação voltadas para a arquivologia.

Em um projeto de iniciação científica desenvolvido no curso de arquivologia, entre 2002 e 2003, partimos do levantamento de Rodrigues e Aparício (2002) e consultamos os sítios eletrônicos dos programas de pós-graduação que poderiam abrigar pesquisas com temas de interesse da arquivologia. Identificamos 57 dissertações e teses, produzidas em 12 instituições e em 14 programas de pós-graduação *stricto sensu*. Os programas, como os temas dessas pesquisas, eram diversos: as teses e dissertações tinham sido produzidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* de administração, ciência da informação/biblioteconomia/documentação, comunicação, história e tecnologia. Seus temas abrangiam organização de documentos (classificação, avaliação, descrição, recuperação da informação etc.), novas tecnologias da informação (principalmente aquelas relacionadas aos documentos digitais), diagnóstico de acervos arquivísticos e estudos de caso (Cunha, 2003).

Contudo, o método utilizado em nosso primeiro levantamento não satisfazia às nossas necessidades de conhecimento da produção científica sobre os arquivos e a arquivologia, pois, sabíamos, o mapeamento realizado estava aquém da realidade brasileira e precisávamos avançar. Nesse sentido, Fonseca (2004) ofereceu uma contribuição metodológica relevante para esse tipo de pesquisa, ao mapear 53 teses e dissertações, mediante consulta no banco de teses da Capes, utilizando como filtros temáticos “arquivos”, “arquivologia” e “arquivística”. As pesquisas identificadas por Fonseca foram produzidas em programas de pós-graduação em administração, arquitetura, ciência da informação, ciências sociais (antropologia social), comunicação, educação, engenharia de produção, história social, letras e linguística, memória social e documento, e tecnologia, de 14 universidades brasileiras.

Na dissertação que desenvolvemos entre 2005 e 2007 (Marques, 2007), ampliamos os procedimentos metodológicos e, a exemplo de Fonseca (2004), consultamos o banco de teses da Capes com os mesmos filtros temáticos. Nessa busca, chegamos a 87 teses e dissertações, produzidas em administração, antropologia, arquitetura, artes visuais, biblioteconomia/ciência da informação, história, comunicação, educação, engenharia de produção, letras e linguística, memória social, música e tecnologia, distribuídas em 19 instituições. Ao classificá-las tematicamente segundo os campos de pesquisa propostos por

Couture, Martineau e Ducharme (1999), verificamos que elas se relacionavam, predominantemente, ao objeto e à finalidade da arquivística; às funções arquivísticas; aos arquivos e à sociedade; e ao meio profissional dos arquivos.

Silva (2009), por sua vez, identificou 97 teses e dissertações, também no banco de teses da Capes, produzidas em artes, administração, arquitetura, ciência da informação, ciências sociais, comunicação, educação, engenharia de produção, história, letras, memória social, saúde pública e tecnologia. Como o autor centrou sua análise na questão informacional nos arquivos, não pudemos verificar os temas dessas pesquisas.

Dando continuidade ao mapeamento da produção científica sobre arquivos e arquivologia, repetimos os procedimentos metodológicos da nossa dissertação na tese desenvolvida entre 2007 e 2011 (Marques, 2011). Novamente, ao consultar o banco de teses da Capes, mediante os mesmos filtros temáticos indicados por Fonseca (2004), encontramos as referências de 101 dissertações e teses, produzidas em 22 instituições, em 34 programas de pós-graduação, nas seguintes áreas: administração, antropologia, arquitetura, artes, ciência da informação, comunicação, educação, engenharia de produção, história, letras, memória social, música e tecnologia. A exemplo dos levantamentos anteriores, essas pesquisas contemplavam temáticas diversas.

Posteriormente, recorremos ao mesmo método para atualização do mapeamento da produção científica sobre arquivos e arquivologia dos programas *stricto sensu* brasileiros e identificamos 247 pesquisas, inclusive trabalhos de conclusão de curso de mestrados profissionalizantes (Marques e Roncaglio, 2012). Produzidas em 38 instituições, essas pesquisas distribuíam-se em diversos programas de pós-graduação: ciência, gestão e tecnologia da informação, desenvolvimento sustentável, direito, gestão da informação, gestão pública, patrimônio cultural, psicologia, sociologia, além dos programas já identificados nos levantamentos anteriormente mencionados. Ao classificarmos essas pesquisas conforme os campos propostos por Couture, Martineau e Ducharme (1999), também constatamos que as T, D e TCC relacionavam-se, em sua maioria, ao objeto e à finalidade da arquivística; aos problemas particulares relativos aos arquivos (ética, acesso à informação e proteção da vida privada); a temas variados que diziam respeito aos arquivos privados/pessoais (temática que incluímos na proposta de classificação canadense); ao meio profissional dos arquivos e às tecnologias.

Em 2016, nos propusemos, mais uma vez, a atualizar o mapeamento de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso sobre arquivos e arquivologia. Voltando ao banco de teses da Capes, com os mesmos filtros temáticos indicados por Fonseca (2004), recuperamos as referências de 470 pesquisas, produzidas em 58 instituições, 60 programas de pós-graduação *stricto sensu*, entre 1972 e 2015. Além daqueles programas identificados nos estudos anteriores, observamos a produção de pesquisas sobre arquivos e arquivologia em avaliação; gestão da educação superior; gestão de documentos e arquivos; gestão pública; imagem e som; justiça administrativa; linguagens e representação; museologia e patrimônio; políticas públicas e segurança pública; e sistemas de gestão.

A partir desse último mapeamento, analisaremos, na próxima seção, a situação da produção científica sobre arquivos e arquivologia no Brasil, tendo em vista reflexões acerca de suas possibilidades e perspectivas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

As 470 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso que identificamos no banco de teses da Capes, a partir dos termos *arquivos*, *arquivística* e *arquivologia*, foram produzidas em 58 instituições, conforme apresentado na tabela 1.³

Tabela 1 – Instituições que abrigam os cursos de pós-graduação *stricto sensu* onde foram produzidas pesquisas sobre arquivos e arquivologia (1972-2015)

Instituição	n.	%
Universidade de São Paulo - USP	58	12,34
Universidade de Brasília - UnB	53	11,28
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	40	8,51
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	39	8,30
Universidade Federal Fluminense - UFF	34	7,23
Universidade Estadual Paulista - Unesp	31	6,60
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	28	5,96
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	17	3,62
Universidade Federal da Bahia - UFBA	16	3,40
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio	14	2,98
Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ	13	2,77
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	13	2,77
Universidade Federal do Rio de Janeiro/Ibict	11	2,34
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	10	2,13
Universidade Estadual de Londrina - UEL	9	1,91
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp	6	1,28
Pontifícia Universidade Católica - PUC/Campinas	5	1,06
Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP	4	0,85
Universidade Federal Fluminense/Ibict	4	0,85
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	4	0,85
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	4	0,85
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos	4	0,85
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	3	0,64
Universidade Federal do Pará - UFPA	3	0,64
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	3	0,64
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	3	0,64
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora - CES/JF	2	0,43

3 As tabelas e gráficos presentes neste artigo foram elaborados pela própria autora, dispensando, portanto, a indicação, em cada um, da respectiva fonte.

Instituição	n.	%
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan	2	0,43
Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ	2	0,43
Universidade Estadual do Ceará - UECE	2	0,43
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	2	0,43
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	2	0,43
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	2	0,43
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	2	0,43
Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro - Unilasalle	2	0,43
Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefet	1	0,21
Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz	1	0,21
Fundação Cesgranrio	1	0,21
Fundação João Pinheiro	1	0,21
Instituto de Ensino Superior e Pesquisa - Inesp	1	0,21
Universidade Cândido Mendes - UCAM	1	0,21
Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc	1	0,21
Universidade Estadual de Maringá - UEM	1	0,21
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC	1	0,21
Universidade Federal do Ceará - UFCE	1	0,21
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD	1	0,21
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	1	0,21
Universidade Federal do Paraná - UFPR	1	0,21
Universidade Federal de Sergipe - UFS	1	0,21
Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ	1	0,21
Universidade do Grande Rio - Unigranrio	1	0,21
Universidade de Sorocaba - Uniso	1	0,21
Centro Universitário Augusto Motta - Unisuam	1	0,21
Universidade de Taubaté - Unitau	1	0,21
Universidade da Região de Joinville - Unville	1	0,21
Universidade Positivo - UP	1	0,21
Universidade São Francisco - USF	1	0,21
Universidade Severino Sombra - USS	1	0,21
Total	470	100,00

Essa produção concentra-se no centro-sul do Brasil, na USP, UnB, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal Fluminense (UFF), o que, em parte, retoma os resultados do primeiro mapeamento (Rodrigues; Aparício, 2002), segundo o qual teses e dissertações com temáticas próximas à arquivologia tinham sido produzidas, majoritariamente, na USP, Ibict/UFRJ e UnB. Ainda é interessante observar que, com exceção da USP, as outras quatro instituições abrigam cursos

de graduação em arquivologia, em que, provavelmente, há pesquisas de iniciação científica que podem ser embriões de pesquisas na pós-graduação, além da possibilidade de mobilidade de professores desses cursos de graduação para os de pós-graduação.

Dentro dessas instituições, as 470 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso foram produzidos em 60 programas de pós-graduação (tabela 2), predominantemente em ciência da informação (mais de 40%); história; patrimônio; educação; e gestão de documentos e arquivos. A predominância dessa produção em ciência da informação reitera os resultados da pesquisa de Fonseca (2004) e nos remete aos vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de graduação em arquivologia brasileiros, que estão, em grande parte, em departamentos, faculdades, centros ou institutos de ciência da informação. Além disso, a titulação dos professores desses cursos se deu, em sua maioria, em mestrados e doutorados de ciência da informação (Marques, 2007). Parece-nos, portanto, que esses dois aspectos, dentre outros, favorecem a produção de pesquisas sobre arquivos e arquivologia em programas de pós-graduação daquela área.

Merece destaque a produção científica do PPGARQ/Unirio. Apesar de aparecer em quinto lugar na produção de pesquisas sobre arquivos e arquivologia, este programa se destaca por ser, até o momento, o único propriamente arquivístico. Criado recentemente, em 2012, já rendeu significativos frutos, com a produção de 19 trabalhos de conclusão de curso (até 2015),⁴ sinalizando a relevância da criação de programas semelhantes para o fortalecimento da pesquisa em arquivologia no Brasil (Marques, 2017).

Tabela 2 – Programas de pós-graduação *stricto sensu* onde foram produzidas pesquisas sobre arquivos e arquivologia (1972-2015)

Programa de pós-graduação	n.	%
Ciência da informação	207	44,04
História social	32	6,81
Patrimônio cultural	31	6,60
Educação	22	4,68
Gestão de documentos e arquivos	19	4,04
História	18	3,83
História, política e bens culturais	13	2,77
Memória social	12	2,55
Letras	10	2,13
Música	8	1,70
Administração	7	1,49
Ciências da comunicação	7	1,49

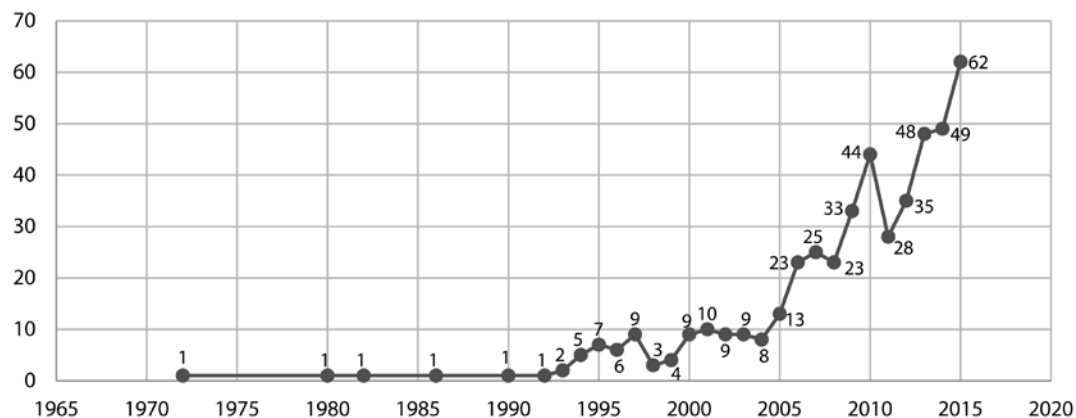
4 Conforme sítio eletrônico desse programa, de 2012 a 2015 foram produzidos 47 trabalhos de conclusão de curso, ou seja, um número consideravelmente maior do que o apontado pelo levantamento no banco de teses da Capes. Informações disponíveis em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs>>, acessadas em 2 de abril de 2018.

Programa de pós-graduação	n.	%
Artes	6	1,28
Gestão da informação	6	1,28
Biblioteconomia e ciência da informação	5	1,06
Engenharia de produção	5	1,06
Memória social e patrimônio cultural	4	0,85
Comunicação, imagem e informação	3	0,64
Filologia e língua portuguesa	3	0,64
Artes visuais	2	0,43
Ciências sociais	2	0,43
Computação aplicada	2	0,43
Comunicação	2	0,43
Comunicação e informação	2	0,43
Engenharia elétrica	2	0,43
Letras e linguística	2	0,43
Memória social e bens culturais	2	0,43
Preservação do patrimônio cultural	2	0,43
Psicologia	2	0,43
Sociologia	2	0,43
Administração pública	1	0,21
Arquitetura	1	0,21
Avaliação	1	0,21
Ciência social (antropologia social)	1	0,21
Ciência, gestão e tecnologia da informação	1	0,21
Ciência, tecnologia e sociedade	1	0,21
Comunicação e semiótica	1	0,21
Desenvolvimento local	1	0,21
Desenvolvimento regional	1	0,21
Desenvolvimento sustentável do trópico úmido	1	0,21
Direito	1	0,21
Engenharia e gestão do conhecimento	1	0,21
Engenharia geotécnica	1	0,21
Estudos literários	1	0,21
Gestão e desenvolvimento regional	1	0,21
Gestão pública para o desenvolvimento do Nordeste	1	0,21
Imagem e som	1	0,21
Justiça administrativa	1	0,21
Linguagens e representações	1	0,21
Literatura brasileira	1	0,21

Programa de pós-graduação	n.	%
Literatura e cultura	1	0,21
Museologia e patrimônio	1	0,21
Patrimônio cultural e sociedade	1	0,21
Políticas públicas e gestão da educação superior	1	0,21
Psicologia clínica	1	0,21
Saúde pública	1	0,21
Segurança pública	1	0,21
Sistemas de gestão	1	0,21
Tecnologia	1	0,21
Teoria literária e crítica da cultura	1	0,21
Total	470	100,00

Observamos, ainda, que houve uma produção crescente de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso sobre arquivos e arquivologia nesses programas, desde 1972 (gráfico 1). Enquanto nas décadas de 1970, 1980 e 1990 a produção científica era bastante tímida, a partir dos anos de 2000 ela aumentou significativamente, concentrando-se nos últimos três anos analisados (2013 a 2015), cada um com pelo menos 10% do total do período. Alguns fatores que podem justificar esse crescimento parecem dizer respeito à longevidade dos primeiros cursos de graduação em arquivologia (desde 1977), da sua expansão, sobretudo após a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007 (Ministério da Educação, 2009), e da criação do PPGARQ/Unirio, como já mencionamos. Arquivistas motivados por questões práticas e teóricas acabam desenvolvendo pesquisas sobre arquivos e arquivologia em programas de pós-graduação diversos ou, mais recentemente, em um mestrado em arquivologia.

Gráfico 1 – Produção científica sobre arquivos e arquivologia (1972-2015) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros



Como toda classificação, a dos temas dessas T, D e TCC representou um desafio no que se refere aos critérios a serem adotados. A fim de minimizá-lo, optamos pela conjugação de duas propostas, sob a perspectiva facetada. Os estudiosos canadenses Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76) propuseram uma tipologia com nove campos de pesquisa em arquivologia: 1) objeto e finalidade da arquivística; 2) arquivos e sociedade; 3) história dos arquivos e da arquivística; 4) funções arquivísticas; 5) gestão dos programas e dos serviços de arquivos; 6) tecnologias; 7) suportes e tipos de arquivos; 8) meio profissional dos arquivos; e 9) problemas relativos aos arquivos. Além desses campos, incluímos o tema arquivos privados, recorrente nos títulos das pesquisas analisadas, conforme já apontamos (Marques; Roncaglio, 2012).

Em seguida, classificamos as pesquisas conforme a agenda de temas em arquivologia recomendada por Jardim (2012, p. 148-151): 1) perfil da atividade arquivística; 2) usos e usuários da informação arquivística; 3) gestão de serviços e instituições arquivísticas; 4) arquivos privados; 5) preservação; 6) documentos digitais; 7) normalização; 8) políticas arquivísticas; 9) percepção social dos arquivos, da arquivologia e dos arquivistas; 10) associativismo; 11) produção e difusão do conhecimento científico; 12) docência e docentes em arquivologia; e 13) perspectiva arquivística (perspectivas e tendências).

Considerando os títulos e, em alguns casos, os resumos das teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso mapeados, a classificação temática foi realizada de acordo com a classificação facetada, proposta pelo bibliotecário indiano Ranganathan. Assim, os temas das pesquisas em análise foram contemplados em classes multidimensionais, em função de diversos pontos de vista não excludentes (Guinchat; Menou, 1994). Por exemplo, na primeira classificação (Couture; Martineau; Ducharme, 1999), pesquisas que contemplavam as “funções arquivísticas” (produção, avaliação, aquisição, classificação, descrição, conservação e difusão) também poderiam ser inseridas no tema “meio profissional dos arquivos” (instituições governamentais, instituições de ensino e de pesquisa, instituições religiosas, outras instituições), pois conjugavam aqueles processos arquivísticos com as instituições e os serviços de arquivo. De modo semelhante, pesquisas relacionadas às “tecnologias” (informática aplicada aos arquivos; sistemas de informação, telecomunicação e redes) apontavam, simultaneamente, para a temática “suportes e tipos de arquivos” (arquivos audiovisuais, eletrônicos, iconográficos e textuais; microformas e outros suportes ou tipos de arquivos), ao abrangerem o processamento técnico e tecnológico e as especificidades dos documentos digitais, objeto recorrente de estudo dessas pesquisas.

Na segunda classificação (Jardim, 2012), por vezes não foi possível a categorização de uma tese, de uma dissertação ou de um trabalho de conclusão de curso em um único tema. Ilustrativamente, podemos mencionar aqueles estudos que se dedicaram à preservação dos documentos digitais, presente tanto na temática “preservação” como na temática “documentos digitais”. Pesquisas classificadas em “usos e usuários da informação arquivística” também se relacionavam, em alguns casos, à “percepção social dos arquivos, da arquivologia e dos arquivistas” e, às vezes, às “políticas arquivísticas”.

Gráfico 2 – Classificação temática das T, D e TCC sobre arquivos e arquivologia (1972-2015) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros – Campos de pesquisa Couture, Martineau e Ducharme (1999)



Assim, ao classificarmos as 470 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, conjugando os nove campos de pesquisa apresentados por Couture, Martineau e Ducharme (1999), observamos que a maioria deles se relacionava às temáticas “meio profissional dos arquivos”, “funções arquivísticas” e “arquivos e sociedade”. Inversamente, os temas menos contemplados foram “história dos arquivos e da arquivística”, “tecnologias” e “gestão dos programas e dos serviços de arquivos”⁵ (gráfico 2). De um lado, temos, nos dois temas mais citados, as relações entre as instituições/serviços de arquivo e o seu processamento arquivístico, como já assinalamos. As questões relacionadas aos arquivos e à sociedade parecem ter se ampliado, consideravelmente, a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI), que, para sua aplicação, levou a uma ampliação do protagonismo dos arquivos. Por outro lado, questões mais epistemológicas ainda são pouco contempladas, o que pode ser em parte explicado pelo estereótipo meramente aplicado dos estudos arquivísticos. Contudo, surpreende-nos temas contemporaneamente em voga (gestão e tecnologias) terem sido pouco abordados.

Ao classificarmos as mesmas pesquisas sob os 13 temas apontados por Jardim (2012), notamos a predominância da “preservação” e da “gestão de serviços e instituições arquivísticas”. Os temas menos contemplados, segundo nossa classificação, foram “associativismo”, “normalização” e “produção e difusão de conhecimento arquivístico” (gráfico 3). Quanto aos temas mais estudados, observamos relações entre ambos, uma vez que a preservação prevê “planejamento e políticas, reformatação de acervos, documentos ‘convencionais’,

⁵ Não apresentamos essas informações em percentuais em razão da multidimensionalidade da classificação facetada. Ou seja, uma mesma tese, uma mesma dissertação ou um mesmo trabalho de conclusão de curso pode ter sido classificado em mais de um tema de pesquisa.

documentos digitais, degradação de suportes, impactos e alternativas à obsolescência tecnológica, digitalização etc.” (Jardim, 2012, p. 149) – e ainda a perspectiva histórica da preservação, em um sentido mais amplo, conforme nossa compreensão –, aspectos que convergem para gestão de serviços e instituições arquivísticas.

Precisamos explicar o que parece ser uma contradição entre os resultados da primeira e da segunda classificação (pois, naquela, a gestão foi um dos temas menos recorrentes; nesta, o contrário). Enquanto Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 76) apresentam a “gestão dos programas e dos serviços de arquivos” no âmbito da teoria e prática das organizações; planificação e avaliação dos programas; gestão, *marketing* e relações públicas, Jardim (2012, p. 148) compreende como “gestão dos serviços e instituições arquivísticas” um espectro mais amplo de questões: “padrões de governança, estruturas organizacionais, competências formais, grau de autonomia financeira, gestão de pessoas, tecnologia, conservação, respaldo legal, infraestrutura física, tecnológica e humana, programas arquivísticos etc.”.

Quanto aos temas menos contemplados, de acordo com nossa classificação a partir de Jardim (2012), as associações, o associativismo e a produção e difusão de conhecimento arquivístico são aspectos pontuais, que remetem à temática “história dos arquivos e da arquivística” de Couture, Martineau e Ducharme (1999), também uma das que menos aparecem na nossa análise. A questão da normalização, ainda que extremamente relevante para as práticas e a teoria arquivística (Cox, 1994; Bonal Zazo, 2000; Jardim, 2015), parece ser pouco explorada e desenvolvida no Brasil, o que pode decorrer do empirismo das práticas arquivísticas.

Gráfico 3 – Classificação temática das T, D e TCC sobre arquivos e arquivologia (1972-2015) nos programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros – Temas de pesquisa Jardim (2012)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento de 470 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso sobre arquivos e arquivologia nos traz questões quantitativas e qualitativas bastante relevantes. Quantitativamente, indica o crescimento significativo dessa produção científica: em 14 anos, do primeiro levantamento a que tivemos acesso (Rodrigues; Aparício, 2002) ao nosso último mapeamento (2016), notamos um aumento de 14 vezes (Marques, 2017). Para uma disciplina científica que ainda é incipiente internacional e nacionalmente, estes números são indicadores robustos que apontam para a delimitação de um campo de conhecimento em visível expansão.

Qualitativamente, podemos inferir possibilidades de interlocução entre as práticas e os desafios advindos do mundo do trabalho, e os estudos acadêmicos cujas temáticas contemplem aspectos arquivísticos, isto é, sobre arquivos e arquivologia. Meio profissional dos arquivos (instituições), funções arquivísticas (processos, processamento, métodos e técnicas) e gestão de serviços e instituições arquivísticas (planejamento e administração) se entrelaçam nessas práticas, estudos e desafios que parecem ser objeto de investigação em pesquisas que buscam analisá-los, compreendê-los e, certamente, aperfeiçoá-los mediante reflexões críticas.

Além dessas interlocuções internas ao campo científico, podemos considerar aquelas que ultrapassam suas fronteiras, ou seja, os diálogos da arquivologia com outras áreas e disciplinas, profícuos para seu desenvolvimento como disciplina científica (Marques, 2007). Contudo, a escassez de um *locus* científico próprio para abrigá-la na academia e nas agências de fomento à pesquisa sinaliza um alerta: a arquivologia ainda é considerada, institucionalmente, como parte da ciência da informação (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984). Vinculada, administrativamente, a departamentos, faculdades, centros ou institutos de ciência da informação (outrora de biblioteconomia/documentação), a disciplina é tida como uma subárea da ciência da informação na classificação das áreas do conhecimento pelo CNPq. Assim, notamos um descompasso entre os avanços epistemológicos e teóricos da arquivologia e a sua situação político-institucional: a primeira dissertação sobre arquivos identificada é do início da década de 1970, mas somente 42 anos depois foi criado o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* próprio da área.

Essa assimetria histórico-epistemológica e político-institucional da arquivologia vai ao encontro da necessidade de verticalização de estudos que contemplem aspectos ligados à epistemologia da disciplina e que ainda são pouco investigados. Essas demandas nos chamam ao compromisso de “medir” nossos fazeres e saberes, repensando-os diante das práticas e desafios mencionados. Sem se compreender como disciplina e profissão, sem se conhecer historicamente, a arquivologia e os arquivistas ficam reféns de práticas e mesmo de estudos contingenciais que timidamente contribuem para o desenvolvimento de seu estatuto teórico-epistemológico. Sua identidade (da disciplina e dos profissionais) parece condicionar-se ao avanço de estudos dessa natureza.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BONAL ZAZO, José Luis. La normalización: base del análisis documental en los archivos. *Scire*, Zaragoza, v. 6, n. 1, p. 55-75, 2000.
- BRASIL. Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. Decreto n. 50.737, de 7 de junho de 1961. Organiza a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior prevista pelo decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50737-7-junho-1961-390256-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. Parecer CESu-CFE n. 977, de 3 de dezembro de 1965. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. Lei n. 8.405, de 9 de janeiro de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8405.htm>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. Portaria CAPES n. 80, de 16 de dezembro de 1998. Disponível em: <<https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/1892015-Portaria-CAPES-080-1998.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- _____. Resolução CES-CNE, n. 1, de 3 de abril de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.
- CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Áreas do conhecimento: classificação. Brasília: CNPq, 1984.
- COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília: Finatec, 1999.
- COX, Richard. Standarzing archival practices: a tool for the information age. *Archivum*, n. 39, p. 165-180, 1994.
- CUNHA, Angelica Alves da. A pesquisa em arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. *Resumos*. Brasília: UnB, 2003.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação: (re)definição de marcos interdisciplinares*. 1997. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- GOUVÊA, Fernando César Ferreira. A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). *Revista Brasileira de Pós-graduação*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 373-397, jul. 2012.
- GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2. ed. revista e ampliada. Brasília: Ibict, 1994.

JARDIM, José Maria. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lúgia Pomim. *Estudos Avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.

_____. Arquivologia e normalização: diálogos e territórios em construção. In: JORNADA ARQUIVÍSTICA DA UNIRIO, 26., 2015, Rio de Janeiro.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. *Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil*. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. A investigação científica em arquivologia e a sua busca de identidade. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 12, p. 77-89, 2017.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia. A pesquisa científica em arquivologia no Brasil. In: MARIZ, Anna Carla de Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 74-88.

MARTINS, Carlos Benedito; ASSAD, Ana Lúcia Delgado. A pós-graduação e a formação de recursos humanos para inovação. *Revista Brasileira de Pós-graduação*, Brasília, v. 5, n. 10, p. 322-352, dez. 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*. Reuni 2008 – Relatório de primeiro ano. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 mar. 2018.

RODRIGUES, Georgete; APARÍCIO, Maria Alexandra. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. *Cenário Arquivístico*, Brasília, v. 1, p. 31-39, jan.-jun. 2002.

SILVA, Eliezer Pires da. *A noção de informação arquivística na produção do conhecimento em arquivologia: 1996-2006*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2009.

Recebido em 5/6/2018

Aprovado em 4/10/2018